

BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: UMA REVISÃO NARRATIVA.

Verônica De Souza Dantas Paiva Dos Santos^a.

Haidar Tafner Curi^a. <https://orcid.org/0000-0003-2660-287>

Luana Feroni Andrade^b <https://orcid.org/0000-0003-2765-1535>

Eliana Chaves Ferretti^a. <https://orcid.org/0000-0002-7605-828X>

a. Universidade Federal de São Paulo – *Campus* Baixada Santista/Santos-SP, Brasil.

b. Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Terapia Ocupacional - DTOL.

Contato correspondente: Eliana Chaves Ferretti. Universidade Federal de São Paulo, Edifício Central - R. Silva Jardim, 136 - Vila Matias, Santos - SP, 11015-020, Brasil. Email: chavesferretti@gmail.com. Telefone: +55 11 99981-2281.

Fonte de Financiamento: Sem financiamento

Verônica De Souza Dantas Paiva Dos Santos: coleta, análise e discussão dos dados, escrita do manuscrito. Haidar Tafner Curi: escrita do manuscrito, revisão crítica do texto, discussão dos dados. Luana Feroni Andrade: análise e revisão do texto. Eliana Chaves Ferretti: organização, análise e discussão dos dados; revisão do texto e orientação da pesquisa.

RESUMO

Objetivo: Apresentar as evidências em relação às barreiras de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas com deficiências em universidades brasileiras. **Método:** Utilizou-se o método da revisão narrativa. Para tal, foi realizada a busca de estudos no idioma português nas fontes de indexação LILACS, SciELO e PUBMED, entre os anos de 2011 a 2021. **Resultados:** No total foram selecionados 8 estudos, sendo estes realizados em universidades brasileiras públicas com amostra heterogênea. As barreiras de acessibilidades encontradas foram de maioria arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais. **Conclusão:** Foram identificados diferentes tipos de barreiras de acessibilidade nas universidades brasileiras: arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Sendo assim, observou-se que muitas das universidades pesquisadas não garantem acessibilidades adequadas para que os estudantes com deficiência realizem a graduação de forma plena. **Palavras-chave:** Barreira Arquitetônica; Acessibilidade Arquitetônica; Educação Superior; Inclusão em Educação; Pessoas com Deficiência; Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Dados estatísticos nacionais demonstram que, em 2019, 48.520 pessoas com deficiência se matricularam em cursos de graduação. Houve predominância de matriculados com

deficiência física (16.376 matriculados), baixa visão (13.906 matriculados) deficiência auditiva (6.569 matriculados), deficiência intelectual (4.177 matriculados), cegueira (2.598 matriculados), surdez (2.556) e altas-habilidades/superdotação (1.551 matriculados) (BRASIL, 2020). Através de movimentos de lutas por e pelas pessoas com deficiência, essa população foi conquistando cada vez mais direitos civis e sociais, que asseguram sua participação e o acesso a bens e serviços.

De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, é dever dos estados-partes assegurar acesso inclusivo à educação das pessoas com deficiência em todos os níveis educacionais (BRASIL, 2009). Em âmbito nacional, a Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Ensino Superior (SESU), propuseram o Programa Incluir, que tem como objetivo oferecer recursos financeiros para que haja boas condições de permanência dos estudantes com deficiência nas instituições federais de educação superior, desde adequação arquitetônica, aquisição de recursos de Tecnologia Assistiva (TA), mobiliários até o material pedagógico acessível (BRASIL, 2013). O Governo Federal também por meio do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limites indicou programas de acesso à saúde, educação, trabalho, inclusão social, e acessibilidade para essa população (BRASIL, 2013).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 (2004), acessibilidade tem como objetivo dar possibilidade de condição de alcance, percepção e entendimento para utilização de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, garantindo autonomia às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) (2001), no que se refere à barreiras, afirma que é relevante saber com que frequência um fator ambiental dificulta a pessoa, se a barreira é grande ou pequena, evitável ou não. Também é importante considerar que uma barreira pode ser assim classificada tanto pela sua presença (por exemplo, atitudes negativas para com as pessoas com deficiência) como pela sua ausência (por exemplo, recursos de Tecnologia Assistiva não serem disponibilizados). As barreiras podem limitar a acessibilidade em diferentes dimensões, como: arquitetônica, comunicacional e atitudinal. Sasaki (2005) define os diferentes tipos de acessibilidade que podemos encontrar, como: arquitetônicas sendo classificadas por ausência de barreiras ambientais físicas em todos os

ambientes internos e externos e nos transportes coletivos. As comunicacionais caracterizadas por não possuírem barreiras na comunicação interpessoal, comunicação escrita e comunicação virtual. Atitudinais são identificadas através de quebras de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações para com as pessoas com deficiência. As metodológicas são as que não possuem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de ação comunitária e de educação dos filhos. A instrumental é a ausência de barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida diária e de lazer, esporte e recreação. E, por fim, a pragmática onde não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, em regulamentos e em normas no geral.

Estudos internacionais e nacionais demonstram que as pessoas com deficiência encontram diferentes tipos de barreiras no acesso ao ensino superior (MORIÑA ; OROZCO, 2020; MORIÑA, LÓPEZ-GAVIRA; MOLINA, 2016; LAMÔNICA et al., 2008). As barreiras geralmente estão associadas a obstáculos físicos, organização de trabalho, mobiliários para ensino, atitude das pessoas e recursos assistivos para informação (MORIÑA; OROZCO, 2020).

Apesar dos significativos achados, ainda é escasso estudos que abordem de forma sintetizada as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência em espaços de ensino superior em âmbito nacional, categorizando as diferentes dimensões sobre acessibilidade e reflexões sobre ações para melhorias ao acesso à educação. Desta forma, por meio da revisão narrativa, método que viabiliza a interpretação crítica das evidências atuais, é possível categorizar as informações provindas da literatura apresentando de forma sintetizada, a fim de realizar reflexões sobre possíveis tomadas de decisão sobre o presente tema (ROTHER, 2007; DEMIRIS; WASHINGTON, 2019).

Sendo assim, utilizando-se do método da revisão narrativa, esse estudo poderá contribuir para melhor compreensão das barreiras que limitam a acessibilidade em diferentes dimensões aos alunos com deficiência no ensino superior. Ainda, a partir das evidências selecionadas, possibilitará conceber aos professores e discentes e demais partes envolvidas reflexões sobre eventuais medidas que viabilizem maior acessibilidade às pessoas com deficiências. Portanto, o objetivo do presente estudo é apresentar as evidências em relação às barreiras de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas com deficiências em universidades brasileiras.

MÉTODO

Esse estudo trata-se de uma revisão narrativa, que consiste na seleção dos estudos e a interpretação das evidências sobre um determinado tema, sendo fundamental para a análise crítica, reflexão e apresentação de informações provindas da literatura científica (ROTHER, 2007; DEMIRIS; WASHINGTON, 2019).

O presente estudo foi baseado na seguinte questão norteadora: Quais são as barreiras de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas com deficiências em universidades brasileiras? Desta forma, realizou-se a busca de estudos nas fontes de indexação LILACS, SciELO e PUBMED na língua portuguesa e inglesa publicados entre os anos de 2011 a 2021. Para tal fim, foram utilizados descritores e termos alternativos de acordo com o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), como: pessoas com deficiência (*disabled person*), acessibilidade (*accessibility*) e universidades (*university*). Os termos foram combinados com os operadores booleanos da seguinte forma: (pessoas com deficiência) AND (acessibilidade) AND (universidades); (pessoas com deficiência) AND (acessibilidade); (*disabled person*) AND (*accessibility*) AND (*university*); (*disabled person*) AND (*accessibility*). O período de busca foi realizado entre os dias 4 e 19 de junho.

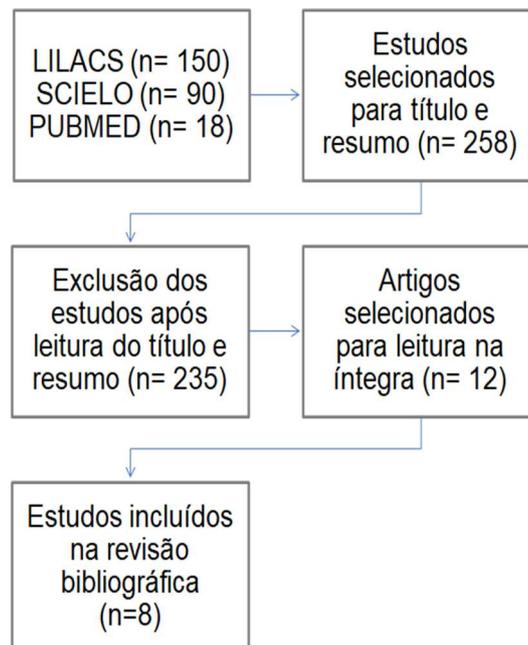
Durante o processo de busca dos estudos foram adotados os seguintes critérios de inclusão: estudos que envolvem pessoas com deficiência em universidades; artigos de periódicos publicados nos idiomas português e inglês. Foram adotados como critérios de exclusão: artigos que não descrevessem as barreiras de acessibilidade identificadas nas universidades; artigos cujo tema não tinha relação com o presente trabalho.

A partir dos estudos incluídos, foram coletados os seguintes dados: autor/ano/origem; desenho de estudo; número da amostra/idade média; condição de saúde; barreiras arquitetônicas. As evidências dos estudos incluídos na presente revisão foram discutidas com estudos que estão relacionados com a Terapia Ocupacional, deficiência e acessibilidade.

RESULTADOS

No total foram identificados 258 estudos. Sendo que, destes, 23 foram selecionados para leitura do título e resumo. De acordo com os critérios de inclusão e exclusão, 12 estudos foram selecionados para leitura na íntegra e, assim, 8 estudos foram incluídos na presente revisão (**figura 1**)

Figura 1. Fluxograma dos estudos selecionados



Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação a característica amostral, participaram dos estudos pessoas com deficiência física, deficiência visual, baixa visão, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Seis estudos incluíram pessoas com deficiência (GARCIA et al., 2018; ANACHE; CAVALCANTE, 2018; CALHEIROS; FUMES, 2011; ALMEIDA; FERREIRA, 2018; CASTRO; ALMEIDA, 2018). Os demais estudos incluíram docentes e discentes sem deficiência das universidades e coordenadores de núcleos de acessibilidade de instituições federais de ensino superior (POKER et al., 2018; CIANTELLI; LEITE, 2016). Todos os estudos foram realizados em universidades públicas brasileiras, dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Alagoas e Paraná. Dentre elas, cinco são Universidades Federais e três Universidades Estaduais.

Foram observados diferentes tipos de barreiras para inclusão nas universidades brasileiras: arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Foram descritas como barreiras arquitetônicas: acessibilidade inadequada nos espaços de circulação; problemas com adaptação de mobiliários (ANACHE; CAVALCANTE, 2018); pouca iluminação em espaços mais escuros; pisos irregulares (BRANCO; ALMEIDA, 2019) e ausência de rampas ou a inadequação das mesmas (ALMEIDA; FERREIRA, 2018; CASTRO; ALMEIDA, 2014). Em relação às barreiras comunicacionais, foram citadas: a falta de sinalização nos ambientes (BRANCO; ALMEIDA, 2019) e a insuficiência de intérprete de LIBRAS nas bibliotecas e salas de aula (CASTRO; ALMEIDA, 2014). E, por fim, sobre as barreiras atitudinais, foram apontadas: falta de compreensão dos professores em relação às dificuldades dos alunos com deficiência (ANACHE; CAVALCANTE, 2018); a relação com os colegas de sala; os estereótipos e o desrespeito pelas vagas reservadas para pessoas com deficiência no estacionamento da universidade (CASTRO; ALMEIDA, 2014). (**Tabela 1**).

Tabela 1. Síntese dos estudos selecionados.

AUTOR, ANO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	BARREIRAS
Garcia et al. (2018)	Verificar como os alunos com deficiência percebem as reais condições de acesso e permanência na universidade.	N= 5 alunos (2 com DV, 1 com DA, 1 com DF e 1 com visão subnormal) Faixa etária: 20 a 49 anos.	Arquitetônicas: ND detalhadamente. Comunicacionais: ND detalhadamente. Atitudinais: ND detalhadamente.
Poker et al. (2018)	Investigar e analisar a percepção de docentes sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência.	n= 52 (docentes sem deficiência da faculdade) Faixa etária: 31 a 51 anos.	Arquitetônicas: ND detalhadamente. Comunicacionais: ND detalhadamente. Atitudinais: ND detalhadamente.
Ciantelli e Leite (2016)	Traçar um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES.	n= 12 (coordenadores sem deficiência de núcleos de diferentes IFES) ND Faixa etária.	Arquitetônicas: ND detalhadamente. Comunicacionais: ND detalhadamente. Atitudinais: ND detalhadamente.

Anache e Cavalcante (2018)	Analisar as condições de permanência de acadêmicos com deficiência, em cursos de educação superior de uma instituição federal.	n= 11 alunos (5 com DA, 4 com DV e 2 com DF) e 11 diretores sem deficiência Faixa etária: 18 a 60 anos.	Arquitetônicas: dificuldade de mobilidade no campus, problemas com adaptação de mobiliários. Comunicacionais: problemas com adaptação de equipamentos de som. Atitudinais: falta de compreensão dos docentes em relação às dificuldades dos alunos com deficiência.
Branco e Almeida (2019)	Avaliar o nível de satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva de quatro Universidades Públicas brasileiras, e analisar as suas atitudes frente às condições oferecidas pelas IES	N= 9 alunos (ND a deficiência). Faixa etária: 25 a 46 anos.	Arquitetônicas: pouca iluminação à noite e calçadas irregulares Comunicacional: insuficiência de intérpretes de LIBRAS.
Calheiros & Fumes (2011)	Analisar o processo de inclusão de alunos (as) com deficiência em instituições do ensino superior da cidade de Maceió/Alagoas.	n= 35 alunos (23 DF, 6 DA/surdez, 3 DV e 3 DI). ND Faixa etária.	Atitudinais: desconhecimento das possibilidades dos alunos, ações insuficientes para reverter o quadro de exclusão, ausência de intérpretes de LIBRAS e inoperância dos órgãos diretivos.
Almeida & Ferreira (2018)	Discutir o processo de inclusão de alunos com deficiência na educação superior brasileira, com especial foco nos sentidos mobilizados por esta inclusão nos discursos ali circulantes.	n= 33 (20 alunos autodeclarados com deficiência, 3 alunos sem deficiência, 5 professores e 5 integrantes da coordenação de acessibilidade) Dentre estudantes com deficiência: 8 DF, 4 DA, 5 baixa visão, 1 DI e 2 classificam-se com outras deficiências. ND Faixa etária.	Arquitetônica: elevadores sem manutenção regular, pisos irregulares e a ausência de rampas adequadas.

Castro & Almeida (2014)	Identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do ensino superior.	n= 12 (coordenadores de serviço de apoio) n= 30 alunos (15 DV, 11 DF, 3 com surdez e 1 DI). Faixa etária: 20 a 40 anos.	Arquitetônica: ausência de rampas ou com inclinação inadequada, calçadas sem manutenção ou feitas com piso impróprio, portas e banheiros com tamanho inadequado, falta de corrimão e objetos colocados sem sinalização adequada, telefones públicos mal colocados, ausência de sinalização de referências e de mapas táteis. Comunicacionais: falta de intérpretes e utilização de métodos inadequados, limitação para identificar as necessidades dos alunos e a carência de materiais adaptados. Atitudinais: atitudes dos professores em sala de aula, relacionamento com os colegas, desrespeito às vagas reservadas nos estacionamentos, estacionamento em frente às rampas e obstáculos nas calçadas e caminhos.
-------------------------	--	---	--

ND= Não descrito; Fies= Fundo de Financiamento Estudantil; DV= Deficiência Visual; DA= Deficiência Auditiva; DI= Deficiência Intelectual; DF= Deficiência Física.

DISCUSSÃO

O objetivo do presente estudo foi identificar as barreiras de acessibilidade enfrentadas pelas pessoas com deficiências em universidades brasileiras. Os estudos selecionados foram realizados em universidades públicas apresentando diversidade amostral (alunos, coordenadores e diretores) com e sem deficiência (física, visual, auditiva e intelectual). As barreiras identificadas foram arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais.

Diversos estudos trouxeram as seguintes barreiras arquitetônicas: escassez de recursos de Tecnologia Assistiva (TA), ambiente com pouca iluminação; ausência de rampas de acesso nos ambientes de circulação; falta de acessibilidade nos banheiros; elevadores sem manutenção; calçadas irregulares e dificuldades em acessar a biblioteca e outros ambientes

por falta de sinalização (ALMEIDA; FERREIRA, 2018; BRANCO; ALMEIDA, 2019; ANACHE; CAVALCANTE, 2018; CIANTELLI; LEITE, 2016; POKER et al., 2018; GARCIA et al., 2018). Além disso, foram observadas barreiras arquitetônicas em comum nestes estudos, como rampas inadequadas que acabam dificultando a mobilidade de um aluno usuário de cadeira de rodas, falta de adaptações nos mobiliários e a ausência de acessibilidade nos laboratórios de aulas práticas.

De acordo com Lamônica et al. (2008), as reflexões sobre as dificuldades ao acesso pelas barreiras físicas são salutares, pois contribuem para o repensar de práticas e proposição de ações, que podem favorecer a promoção de saúde e qualidade de vida destes indivíduos, favorecendo a convivência e transformando atitudes e comportamentos, interferindo nas relações interpessoais e nos comportamentos das pessoas.

Demais achados demonstraram que as barreiras comunicacionais como a quantidade insuficiente de intérpretes de LIBRAS e, até mesmo, a falta deles nas Universidades foi uma crítica em comum entre os estudantes. Além disso, há falta de microfone e caixas de som para os professores usarem durante as aulas, equipamentos que seriam extremamente positivos para os estudantes com deficiência auditiva, pois ampliam o alcance do som e beneficiam sua qualidade de vida; e a falta de adaptações nas formas de passar informações gerais, como murais com informações em Braille que já seria de extrema ajuda para esses estudantes (Universidades que utilizam murais ou lousas para deixar comunicados e informações importantes) são agravantes para a garantia de acessibilidade para quem tem deficiência visual (ANACHE; CAVALCANTE, 2018; BRANCO; ALMEIDA, 2019; CASTRO; ALMEIDA, 2014). Dentre os profissionais que atuam para efetivar práticas de educação inclusiva voltadas às necessidades das pessoas surdas usuárias de LIBRAS, os Tradutores-Intérpretes de Língua de Sinais (LIBRAS/Português) (TILS) são profissionais previstos no Decreto 5.626, de dezembro de 2005, responsável por dar acessibilidade linguística aos surdos que frequentam parte da Educação Básica (da segunda etapa do Ensino Fundamental em diante) e Ensino Superior (ES), interpretando do Português para a Língua de Sinais e vice-versa os conteúdos tratados no espaço educacional (LACERDA; GURGEL, 2011).

A título de exemplo sobre esse contexto, Fernandes e Moreira (2017) demonstraram que na Universidade Federal do Paraná, 100 anos depois de sua fundação, com a aprovação de uma candidata surda no curso de Pedagogia, teve início a política institucional bilíngue para surdos na UFPR, com apoio integral de tradutores-intérpretes de Libras no processo educacional. Embora os objetivos dos TILS estejam afirmados no Decreto 5.626, fica claro que a consolidação de projetos de educação bilíngue nos sistemas de ensino ainda é precária.

Em relação às barreiras atitudinais, foi observado que os alunos com deficiência ouvem frases desmotivacionais por parte dos docentes e encontram despreparo de alguns funcionários para com as questões relacionadas às suas deficiências (CASTRO; ALMEIDA, 2014; BRANCO; ALMEIDA, 2019). Essa barreira pode ser uma das mais impactantes para a população das pessoas com deficiência, já que a barreira atitudinal, na maioria das vezes, é camuflada em atitudes que pretendiam ser inclusivas.

Analisando a quantidade de barreiras enfrentadas diariamente pelos estudantes com deficiência das universidades públicas brasileiras, é extremamente necessário a ampliação do olhar dessas e de outras Instituições para que as devidas melhorias de acessibilidade sejam garantidas, tendo em vista que as barreiras podem ocasionar desmotivação e evasão desses alunos nos cursos de graduação.

Segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) (2012), é papel do terapeuta ocupacional atuar no ensino regular ou especial, realizando prescrição, confecção e treinamento de recursos de Tecnologia Assistiva (TA), com o objetivo de favorecer acessibilidade e melhorar a qualidade no ensino/aprendizagem tanto dos alunos quanto dos professores.

Borges e Mendes (2021) trazem, a partir das narrativas de pessoas com baixa visão, alguns recursos e dispositivos de Tecnologia Assistiva que beneficiam seus cotidianos, por exemplo os leitores e os ampliadores de tela que foram qualificados como fundamentais para o uso dos dispositivos eletrônicos móveis e seus respectivos aplicativos na execução de tarefas pretendidas. Porém, recursos de players de áudio, gravadores e anotadores sonoros receberam maior grau de importância para os usuários.

De acordo com Nogueira e Oliver (2018), no contexto da educação superior, o terapeuta ocupacional pode participar do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão contribuindo para o planejamento de possíveis adaptações no ambiente físico e institucional. Compreender as necessidades do aluno com deficiência e propor ações que potencialize a acessibilidade é fundamental, conscientizando outros discentes e docentes sobre barreiras atitudinais que influenciam no processo de aprendizagem e permanência do discente. Para tal, os profissionais podem realizar confecção de adaptações de utensílios que irão ser utilizados pelo aluno e pensar na melhor alternativa de obter o conteúdo das aulas, a fim de o melhorar a qualidade de vida acadêmica de seus estudantes.

Dentre as limitações, observou-se que alguns dos estudos selecionados (GARCIA et al., 2018; POKER et al., 2018; CIANTELLI; LEITE, 2016) não abordaram de maneira detalhada as barreiras de acessibilidade identificadas nas universidades pesquisadas, limitando a

possibilidade de discussões em cima de tais problemáticas. Ademais, observou-se a escassez de resultados referentes a universidades privadas, limitando a realização de análises de evidências que possam contribuir à acessibilidade em um contexto de instituição de ensino superior. Tendo essa perspectiva, sugere-se que futuros estudos sejam realizados com ênfase no detalhamento das barreiras seguindo as normas de acessibilidade da ABNT para que haja contribuições mais efetivas para a garantia de acessibilidade nos espaços de universidades brasileiras, sejam elas federais, estaduais ou particulares.

CONCLUSÃO

Foram identificados diferentes tipos de barreiras de acessibilidade nas universidades brasileiras: arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Desta forma, foi possível concluir que a inclusão no ensino superior, principalmente no que se refere a diminuição das barreiras para a acessibilidade, ainda é um grande desafio a governantes, gestores, docentes e todos os membros da comunidade universitária. Sendo necessário explorar mais a temática para dar visibilidade e propor caminhos e soluções.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; FERREIRA, Eliana Lucia. Sentidos da Inclusão de Alunos com Deficiência na Educação Superior: Olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Número Especial, 2018: 67-75.

ANACHE, Alexandra Ayach; CAVALCANTE, Lysa Duarte. Análise das Condições de Permanência do Estudante com Deficiência na Educação Superior. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Número Especial, 2018: 115-125.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050. *Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos*. 2004.

BORGES, Wanessa Ferreira; MENDES, Eniceia Gonçalves. Recursos de Acessibilidade e o Uso dos Dispositivos Móveis como Tecnologia Assistiva por Pessoas com Baixa Visão. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.27, e0036, p.813-828, 2021.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; ALMEIDA, Maria Amélia. Avaliação da Satisfação de Estudantes Público-Alvo da Educação Inclusiva em Cursos de Pós-Graduação de Universidades Públicas. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 45-67, mar. 2019. BRASILa, Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. SECADI/SESU, 2013. Disponível em: <http://www.https://www.ufrgs.br/incluir/wp-content/uploads/2017/07/Documento-Orientador-do-Programa-Incluir-PDF2.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

BRASILb, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limites, 2013. Disponível em: <http://https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-com-deficiencia/cartilha-viver-sem-limite-plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/view>. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 418 de 04 de junho de 2012. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=1750>. Acesso em: ago.2021.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2019. Divulgação dos resultados. Out., 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: ago. 2021.

CALHEIROS, David dos Santos; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O(A) Aluno(a) com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior da Cidade de Maceió/AL, 2011.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras, 2014.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras, 2016.

Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Organização Mundial da Saúde. 2001.

DEMIRIS, G., Oliver, D. P., & Washington, K. T. (2019). Defining and Analyzing the Problem. *Behavioral Intervention Research in Hospice and Palliative Care*, 27–39. doi:10.1016/b978-0-12-814449-7.00003-x.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de Educação Bilíngue para Estudantes Surdos: Contribuições ao Letramento Acadêmico no Ensino Superior. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017.

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e Permanência na Educação Superior: Percepção de Estudantes com Deficiência, 2018.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de Tradutores-Intérpretes de Libras (TILS) que Atuam no Ensino Superior no Brasil. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.17, n.3, p.481-496, Set.-Dez., 2011.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin; ARAÚJO-FILHO, Pedro; SIMOMELLI, Simone Berriel Joaquim; CAETANO, Vera Ligia Santos Butiquiol; REGINA, Márcia Regina Rodrigues; REGIANE, Denise Maria. Acessibilidade em Ambiente Universitário:

Identificação de Barreiras Arquitetônicas no Campus da USP de Bauru. Rev. Bras. Esp. Marília, Mai-Ago. 2008.

MORIÑA, A., López-Gavira, R., & Molina, V. M. (2016). What if we could Imagine an Ideal University? Narratives by Students with Disabilities. *International Journal of Disability, Development and Education*, 64(4), 353–367. doi:10.1080/1034912x.2016.1228856.

MORIÑA, A., & Orozco, I. (2020). Spanish faculty members speak out: Barriers and aids for students with disabilities at university. *Disability & Society*, 1–20. doi:10.1080/09687599.2020.1723495.

NOGUEIRA, Lilian de Fátima Zanoni; OLIVER, Fátima Corrêa. Núcleos de Acessibilidade em Instituições Federais Brasileiras e as Contribuições de Terapeutas Ocupacionais Para a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, I. A. Inclusão no Ensino Superior: A Percepção de Docentes de uma Instituição Pública do Interior do Estado de São Paulo, 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem* [online]. 2007, v. 20, n. 2 [Accessed 19 August 2021], pp. v-vi. Available from: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: O Paradigma do Século 21. *Revista da Educação Especial* - Out/2005.